

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	30
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	32
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	239
Preferenciais	478
Total	717
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	173.886	169.318
1.01	Ativo Circulante	42.117	38.491
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9	14
1.01.02	Aplicações Financeiras	25.893	23.189
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.253	6.020
1.01.02.01.04	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.253	6.020
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	20.640	17.169
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	20.640	17.169
1.01.03	Contas a Receber	2.373	2.496
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.373	2.496
1.01.03.02.01	Outros Ativos	2.373	2.496
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.842	12.792
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.842	12.792
1.01.06.01.01	Créditos Tributários Correntes	13.842	12.792
1.02	Ativo Não Circulante	131.769	130.827
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	131.769	130.827
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	47.700	52.639
1.02.01.01.04	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	47.700	52.639
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	71.577	65.104
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	71.577	65.104
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.492	13.084
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.492	13.084

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	173.886	169.318
2.01	Passivo Circulante	6.084	4.854
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.488	160
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.488	160
2.01.03.01.02	Passivos Fiscais Correntes	1.488	160
2.01.05	Outras Obrigações	4.596	4.694
2.01.05.02	Outros	4.596	4.694
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	3.219
2.01.05.02.05	Diversas	4.596	1.475
2.02	Passivo Não Circulante	2.751	2.754
2.02.03	Tributos Diferidos	1.740	1.740
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.740	1.740
2.02.03.01.01	Passivos Fiscais Diferidos	1.740	1.740
2.02.04	Provisões	1.011	1.014
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.011	1.014
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	920	920
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	91	94
2.03	Patrimônio Líquido	165.051	161.710
2.03.01	Capital Social Realizado	107.662	107.662
2.03.02	Reservas de Capital	95	95
2.03.02.07	Reserva de Ágios por Subscrição de Ações	95	95
2.03.04	Reservas de Lucros	50.830	50.830
2.03.04.01	Reserva Legal	20.095	20.095
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	30.735	30.735
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.039	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-941	-665
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	3.366	3.788

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.713	-280
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-849	-531
3.04.02.02	Outras Despesas Administrativas	-425	-244
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-424	-287
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	3	105
3.04.03.01	Provisões (líquidas)	3	105
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.559	179
3.04.04.03	Outras Receitas Operacionais	110	82
3.04.04.04	Resultado de ativos não correntes mantidos para venda	2.449	97
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-33
3.04.06.01	Resultado de Participação em Fundos Controlados	0	-33
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.713	-280
3.06	Resultado Financeiro	4.398	-172
3.06.01	Receitas Financeiras	4.398	-172
3.06.01.01	Receitas com juros e similares	3.976	4.456
3.06.01.02	Perda/Ganho por redução ao valor recuperável	422	-4.628
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.111	-452
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.072	159
3.08.01	Corrente	-1.338	-960
3.08.02	Diferido	-734	1.119
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.039	-293
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.039	-293
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	16.899,76000	-1.227,06000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	4.039	-293
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-276	-1.028
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.763	-1.321

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.293	26.160
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.686	4.104
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes dos Efeitos Tributários	6.111	-452
6.01.01.02	Resultado de Participação em Fundos Controlados	0	33
6.01.01.05	Reversão de Provisões Líquidas	-3	-105
6.01.01.06	Perda/Ganho por redução ao valor recuperável	-422	4.628
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.979	22.056
6.01.02.02	Redução (aumento) de Instrumentos de Dívida	-9.944	22.641
6.01.02.05	Redução (aumento) em Impostos Ativos	-1.192	3.756
6.01.02.06	Redução (aumento) de Outros Ativos	123	-1
6.01.02.07	Aumento (redução) de Passivos Fiscais	1.015	-4.281
6.01.02.08	Aumento (redução) de Outros Passivos	-98	-59
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-883	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	5.288	-26.163
6.02.05	Aquisições de Investimentos em Fundos Controlados	0	-30
6.02.06	Variação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.288	-26.133
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5	-3
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14	6
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9	3

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.662	95	50.830	0	3.123	161.710
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.662	95	50.830	0	3.123	161.710
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.039	-698	3.341
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.039	0	4.039
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-698	-698
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-276	-276
5.05.02.06	Redução ao valor recuperável VJORA	0	0	0	0	-422	-422
5.07	Saldos Finais	107.662	95	50.830	4.039	2.425	165.051

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.662	95	42.994	-688	2.215	152.278
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.662	95	42.994	-688	2.215	152.278
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	644	3.600	4.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-293	0	-293
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.600	3.600
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.028	-1.028
5.05.02.06	Redução ao valor recuperável VJORA	0	0	0	0	4.628	4.628
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	937	0	937
5.05.03.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	937	0	937
5.07	Saldos Finais	107.662	95	42.994	-44	5.815	156.522

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	6.960	112
7.01.02	Outras Receitas	6.960	112
7.01.02.01	Receita Líquida com Juros	3.976	4.456
7.01.02.03	Perda/Ganho por redução ao valor recuperável	422	-4.628
7.01.02.05	Outras Receitas Operacionais	2.562	284
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-425	-244
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-352	-72
7.02.04	Outros	-73	-172
7.02.04.01	Propaganda, publicidade, publicações	-16	-31
7.02.04.02	Serviços do sistema financeiro	-23	-25
7.02.04.03	Comunicações	-15	-12
7.02.04.05	Outras	-19	-104
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.535	-132
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.535	-132
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	-33
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.535	-165
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.535	-165
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.496	128
7.08.02.01	Federais	2.496	128
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.039	-293
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.039	-293

Comentário do Desempenho



SENHORES ACIONISTAS,

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as informações trimestrais relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

CENÁRIO ATUAL

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE" ou "Companhia") tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos, e é uma empresa controlada pelo Banco Pan S.A., que detém 100,0% de seu capital total.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Como resultado das atividades de investimento que a Companhia realiza, foi alcançado um lucro líquido no 1º trimestre de 2018 no montante de R\$ 4.039 mil frente ao resultado líquido negativo de R\$ (293) mil no 1º trimestre de 2017, tendo como base um total de ativos de R\$ 173.886 mil em março/2018.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 165.051 mil em março de 2018.

AUDITORES INDEPENDENTES

De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes neste trimestre não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios da Companhia, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 27 de abril de 2018.

Notas Explicativas

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE", "Companhia", "Instituição"), controlada direta do Banco PAN S.A. ("Banco PAN"), tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos.

As atividades empresariais são suportadas por uma estrutura única do Banco PAN que provê, de forma integrada, toda a base tecnológica, o processamento e os controles: operacional, comercial, administrativo, financeiro e legal necessários à realização das suas atividades e atualmente não possui ativos relevantes. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Brazilian Finance & Real Estate S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards*) - "IFRS", implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As informações trimestrais referentes ao período findo em 31/03/2018 foram aprovadas pela Diretoria em 27/04/2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais foram elaboradas com base, além das normas internacionais vigentes até 31/12/2017, em novas normas e interpretações aplicáveis que entraram em vigor a partir de 01/01/2018. São elas:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

Norma emitida no seu formato final em jul/14, o *International Standard Accounting Standard Board (IASB)* aprovou o IFRS9, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros, estabelecendo novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento dos instrumentos financeiros, redução no valor recuperável (*impairment*) e *hedge accounting*.

IFRS 15 - Receita de contrato com cliente:

Consiste no princípio básico de reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que se espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas informações trimestrais foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

Notas Explicativas

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

(a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

Notas Explicativas

(b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

(a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:

(a) ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou

(b) escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

iii. Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalentes de caixa:** saldos de caixa e de depósitos à vista;
- **Instrumentos de dívida:** títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;
- **Instrumentos de patrimônio:** instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e
- **Outros empréstimos e recebíveis:** referem-se basicamente a saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;

- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.

- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15;

Notas Explicativas

- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido;

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros

i. Mensuração dos ativos financeiros

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

• Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados em outros resultados abrangentes, e acumulados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

• Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

iii. Técnicas de avaliação

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A instituição não tiver expectativa razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

ii. Passivos financeiros

Notas Explicativas

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável:

A provisão para redução ao valor recuperável é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do IFRS 15, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

As provisões para perda de crédito esperada são mensuradas como:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses – corresponde a parte das perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultarão de eventos de inadimplência no instrumento financeiro possíveis em doze meses após a data do exercício.
- Perdas de crédito esperadas para a vida útil - são as perdas de crédito esperadas que resultam em todos os eventos possíveis de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando as obrigações de desempenhos (serviços) foram cumpridas.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidos dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

g) *Hedge accounting*:

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de Riscos no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Notas Explicativas

h) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

i) Demonstração dos fluxos de caixa:

Os termos a seguir são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor;
- Atividades operacionais: principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento;
- Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais ou de investimento.

Ao preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças nos valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa".

j) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo da Companhia pela quantidade média das ações ordinárias existentes ao longo do período. A diferença apresentada entre o lucro básico e o diluído refere-se à contemplação de ações potenciais com efeito de diluição. As informações sobre essas potenciais ações estão sendo divulgadas na nota 12d.

k) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

- i. Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas nas notas 3b e 3c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo".
- ii. Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 3h, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja

Notas Explicativas

disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 7 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações.

- iii. Baixa de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 3d, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o período de competência.

I) Eventos Subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos Órgãos da administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das informações trimestrais; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das informações trimestrais.

4) Principais alterações e novos pronunciamentos emitidos pelo IASB:

I. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em 31/03/2018

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – este normativo visa substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e incluir: (i) modelo lógico de classificação e mensuração; (ii) modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta a perdas esperadas; (iii) remoção da variação da volatilidade no resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (iv) nova abordagem para contabilidade de *hedge*. Efetivo a partir de 01/01/2018. A adoção da norma foi aplicada retrospectivamente, de acordo com o IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de erros. Os ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9 foram reconhecidos em lucros acumulados líquidos de créditos tributários.

- IFRS 15 – “Receitas de Contratos com Clientes” – este normativo requer que o reconhecimento da receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços ao cliente por um valor que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos destes bens ou serviços. Substitui a IAS 18, IAS 11, IFRICs 13, 15 e 18. Efetivo a partir de 01/01/2018. A adoção da norma não trouxe impactos significativos.

A seguir, apresentaremos as alterações nas classificações dos ativos financeiros, de acordo com o IFRS 9 para a data base de 31/12/2017. Além disso, apresentaremos as conciliações de Patrimônio Líquido, Reservas e Resultado:

Classificação de Ativos Financeiros na Adoção Inicial do IFRS 9

	Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo original de acordo com o IAS 39	Reclassificações	Remensurações	Saldo de acordo com o IFRS 9	Classificação de acordo com o IFRS 9
Ativos Financeiros	Disponíveis para venda	58.659	58.659	(3.788)	54.871	Mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes
	Mantidos até o vencimento	82.273	82.273	-	82.273	Custo amortizado

Notas Explicativas

Conciliação do Patrimônio Líquido

Saldo publicado originalmente - IAS 39	160.422
Imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes da remensuração em função do reconhecimento de perdas esperadas de acordo com o IFRS 9 para Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	1.288
Saldo ajustado - IFRS 9	161.710

Conciliação do Patrimônio Líquido – Reservas de Lucros

Saldo publicado originalmente - IAS 39	53.330
Remensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os Ativos Financeiros anteriormente classificados como Empréstimos e Recebíveis de acordo com o IAS 39	(2.500)
Saldo ajustado - IFRS 9	50.830

Conciliação do Resultado do trimestre findo em 31/03/2017

Saldo publicado originalmente - IAS 39	2.762
Remensuração em função do reconhecimento de perdas esperadas de acordo com o IFRS 9 para Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(3.055)
Saldo ajustado - IFRS 9	(293)

II. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para fins da IFRS em períodos após a data destas demonstrações financeiras:

- Alterações no IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” e IAS 28 – “Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto (*joint venture*)” – alterações referem a uma inconsistência entre as exigências das duas regras ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Os impactos estão sendo avaliados para fins de elaboração das demonstrações financeiras.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2018	31/12/2017
Depósitos bancários	9	14
Total	9	14

6) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição:

	31/03/2018	31/12/2017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	52.953	58.659
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	52.953	58.659
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	92.217	82.273
Certificado de Depósito Bancário – CDB	92.217	82.273
Total	145.170	140.932

Notas Explicativas

b) Prazo de vencimento:

	31/03/2018	31/12/2017
Até 360 dias	25.893	23.189
Acima de 360 dias	119.277	117.743
Total	145.170	140.932

c) Variações:

“Instrumentos de dívida – Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”:

	31/03/2018	31/03/2017
Saldo do início do período	58.659	49.245
Adições (alienações) líquidas	(8.073)	25.073
Ajuste a valor de mercado	(418)	(137)
Juros	2.561	1.440
Ágio/ (Deságio)	224	694
Saldo do final do período	52.953	76.315

“Instrumentos de dívida – Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado”:

	31/03/2018	31/03/2017
Saldo do início do período	82.273	80.487
Adições (alienações) líquidas	11.320	(26.556)
Juros	(1.376)	2.358
Saldo do fim do período	92.217	56.289

7) CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS

a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais:

	31/03/2018	31/12/2017
Ativo		
Ajuste de marcação a mercado	485	342
Outras provisões (1)	1.494	1.653
Sobre diferenças temporárias	1.979	1.995
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	10.513	11.089
Total do ativo	12.492	13.084

(1) Alteração no saldo publicado em 31/12/2017 pela adequação ao IFRS 9 no montante de R\$ 1.288.

	31/03/2018	31/12/2017
Passivo		
Provisão para impostos e contribuições	(1.740)	(1.740)
Total do passivo (Nota 10)	(1.740)	(1.740)

Notas Explicativas

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	31/03/2018			31/12/2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do período	9.621	3.463	13.084	13.557	4.880	18.437
(+) Constituição de créditos	110	40	1.294	948	341	1.289
(-) Realização de créditos	(545)	(197)	(598)	(5.831)	(2.099)	(7.930)
Remensuração pela adoção do IFRS 9	-	-	-	947	341	1.288
Saldo do fim do período	9.186	3.306	12.492	9.621	3.463	13.084

c) Movimentação do imposto de renda corrente e diferido passivo:

	31/03/2018			31/12/2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do período	(1.280)	(460)	(1.740)	(1.723)	(620)	(2.343)
(-) Realização de passivos	-	-	-	443	160	603
Saldo do fim do período	(1.280)	(460)	(1.740)	(1.280)	(460)	(1.740)

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2017, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco PAN S.A. em 07/02/2017.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
2017	-	706	-	762	-	1.468
2018	834	1	723	1.154	1.557	1.155
2019	1	-	1.094	1.292	1.095	1.292
2020	-	-	1.225	1.353	1.225	1.353
2021	-	-	1.283	1.339	1.283	1.339
2022	-	-	1.269	1.333	1.269	1.333
2023	-	-	1.264	1.347	1.264	1.347
2024	-	-	1.277	1.333	1.277	1.333
2025	-	-	1.264	1.176	1.264	1.176
2026	-	-	1.114	-	1.114	-
2027	1.144	1.288	-	-	1.144	1.288
Total	1.979	1.995	10.513	11.089	12.492	13.084

Em 31/03/2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN S.A. totalizava R\$ 7.365 (R\$ 7.201 em 31/12/2017).

Notas Explicativas

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/03/2018	31/03/2017
Resultado operacional antes da tributação de acordo com o IAS 39	-	4.176
Ajustes de adoção do IFRS 9	-	(4.628)
Resultado operacional antes da tributação de acordo com o IFRS 9	6.111	(452)
Encargos / créditos total do imposto de renda e contribuição social	(2.078)	153
Outros valores	6	6
Total	(2.072)	159

8) OUTROS ATIVOS

	31/03/2018	31/12/2017
Títulos e créditos a receber	874	877
Pagamentos a ressarcir (a)	586	586
Valores a receber de sociedade ligadas	877	1.029
Despesas antecipadas	36	4
Total	2.373	2.496

(a) Refere-se a valores a receber por conta de pagamento de tributo (ITBI).

9) PROVISÕES

Em 31/03/2018 e 31/12/2017, a Companhia possui registradas provisões para passivos contingentes cuja probabilidade de perda é provável, conforme demonstrado a seguir:

a) Composição:

	31/03/2018	31/12/2017
Processos cíveis	91	94
Processos trabalhistas	920	920
Total	1.011	1.014

b) Variações:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	920	94	1.014
Constituições líquidas de reversões	-	(3)	(3)
Saldo em 31/03/2018	920	91	1.011

10) PASSIVOS FISCAIS

	31/03/2018	31/12/2017
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 7a)	1.740	1.740
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1.338	-
COFINS a recolher	120	128
PIS a recolher	23	25
Outros	7	7
TOTAL	3.228	1.900

11) OUTROS PASSIVOS

	31/03/2018	31/12/2017
Dividendos a pagar	3.219	3.219
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.343	1.343
Outros	34	132
TOTAL	4.596	4.694

Notas Explicativas

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 107.662 em 31/03/2018 e 31/12/2017. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal, conforme descrito no quadro abaixo:

	31/03/2018	31/12/2017
Ordinárias	239	239
Preferenciais	478	478
Total	717	717

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social da BFRE, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a BFRE poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

Ajustes de avaliação patrimonial:

Os saldos da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado.

d) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, demonstrado a seguir:

Lucro Básico e Diluído por Ação	31/03/2018	31/03/2017
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	4.039	(293)
Número Ponderado de ações ordinárias em circulação	239	239
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia - em R\$	1.346.347,52	(97.755,79)

Notas Explicativas**13) RECEITA LÍQUIDA COM JUROS**

	31/03/2018	31/03/2017
Rendas sobre CDB	1.376	2.358
Juros CRI	2.561	1.440
Ágio/deságio sobre aquisição de CRI	224	694
Outras	(185)	(36)
Total	3.976	4.456

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/03/2018	31/03/2017
Serviços de terceiros	352	72
Serviços do sistema financeiro	23	25
Publicidade	16	31
Taxas e emolumentos	-	13
Comunicações	15	12
Processamento de dados	1	-
Outras	18	91
Total	425	244

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição à COFINS	356	247
Contribuição ao PIS	68	40
Total	424	287

16) PROVISÕES (LÍQUIDAS)

	31/03/2018	31/03/2017
Riscos trabalhistas	-	95
Riscos cíveis	(3)	10
Total	(3)	105

17) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/03/2018	31/03/2017
Variação monetária ativa	110	65
Reembolso de despesas	-	17
Total	110	82

18) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS

	31/03/2018	31/03/2017
Lucro de créditos adquiridos	2.313	97
Lucro na alienação de valores e bens	136	-
Total	2.449	97

19) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Grau de relação	Prazo máximo	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
			Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
			(Passivo)	(Passivo)	(Despesas)	(Despesas)
Disponibilidades						
Banco PAN	Controlador direto	Sem prazo	2	5	-	-
Total			2	5	-	-
Certificados de depósito bancário - CDB (a)						
Banco PAN	Controlador direto	09/09/2020	92.217	82.273	1.376	2.358
Total			92.217	82.273	1.376	2.358
Dividendos a pagar						
Banco PAN	Controlador direto	31/12/2017	(3.219)	(3.219)	-	-
Total			(3.219)	(3.219)	-	-
Valores a receber						
Banco PAN	Controlador direto	Sem prazo	727	993	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A..	Coligada	Sem prazo	150	36	-	-
Total			877	1.029	-	-
Valores a pagar						
Banco PAN (b)	Controlador direto	Sem prazo	(1.343)	(1.343)	-	-
Total			(1.343)	(1.343)	-	-

(a) Referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários, as quais são atualizadas pelo percentual de 100,00% do CDI; e
(b) Refere-se basicamente ao saldo remanescente da redução de capital da Companhia, conforme AGE de 18/09/2013.

20) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

A BFRE possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de resultado.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

A BFRE considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro

dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital da BFRE é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

• Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Notas Explicativas

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Instituição e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/03/2018

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação	Cenários		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de Juros Prefixadas (aumento)	(5)	(1.132)	(2.072)
Cupom de índice de preços	Taxas dos cupons de índice de preços	(18)	(1.992)	(3.776)
Cupom de outras taxas de juros	Taxas dos cupons de outras taxas de juros	(13)	(2.564)	(4.613)
Total em 31/03/2018		(36)	(5.688)	(10.461)
Total em 31/12/2017		(35)	(6.552)	(12.371)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de março de 2018, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% ao ano sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15% ao ano ou 5% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

Notas Explicativas

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A BFRE mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros

decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Notas Explicativas

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Finance & Real Estate S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as informações trimestrais relativas ao período findo em 31/03/2018.

Notas Explicativas

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Finance & Real Estate S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às informações trimestrais relativas ao período findo em 31/03/2018.

Notas Explicativas

São Paulo, 27 de abril de 2018.

A Diretoria

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

CONTADOR

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores

Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP197007/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Finance & Real Estate S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as informações trimestrais relativas ao período findo em 31/03/2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Brazilian Finance & Real Estate S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às informações trimestrais relativas ao período findo em 31/03/2018.